



CONTROVÉRSIAS SOBRE A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA

Claudio Moreira Bento

A participação militar no processo político há de ser sempre fonte de interpretações controvertidas e, muitas vezes, tendenciosas.

Neste artigo, o autor procura rebater, à luz de depoimentos de autoridades em assuntos da nossa História, algumas versões desse teor sobre a Proclamação da República Brasileira.

INTRODUÇÃO

Em artigo, "Deodoro — O Destino de um Soldado", publicado na Revista do Brasil, comemorativa do Centenário da República, e em outros periódicos, afirmamos:

"Os segredos do movimento que culminou na Proclamação da República foram levados para o túmulo por seus principais protagonistas no Exército, marechais Deodoro da Fonseca e Floriano

Peixoto, Tenente-Coronel Benjamin Constant e Major Solon Ribeiro, deixando um vazio na história do 15 de Novembro, que permitiu o surgimento de diversas versões."

A revista *Veja*, em edição especial¹ assinala, a certa altura:

"Há versões conflitantes, hiatos inexplicáveis e, dependendo de quem relata, ênfases enganosas na atuação de determinado personagem. Permanece no entanto o essencial da história: na-

quele dia o Brasil acordou monárquico."

Assim, cada corrente, conforme o interesse político, mesmo inconsciente, tem emitido sua versão do fato histórico. Tentando tratar, isentos de paixão, tais controvérsias, as abordaremos com apoio em estudos feitos, por ocasião do Centenário da República, por diversos e consagrados estudiosos, para que, dentro da definição "informação é liberdade de escolha", bastante citada por Francisco Ruas Santos, o estudioso ou pesquisador do presente e do futuro faça juízo próprio e tome posição com a maior segurança possível.

Como principais controvérsias registrem-se:

1.^a — Proclamação da República, Golpe-de-Estado ou Revolução?

2.^a — Houve apoio popular à Proclamação da República ou o "povo assistiu bestializado" ao seu advento?

3.^a — O Marechal Deodoro proclamou ou não a República? Caso positivo, em que momento?

4.^a — Deodoro era republicano ou monarquista?

5.^a — Qual a real motivação dos militares do Exército, "científicos" e "tarimbeiros", na Proclamação da República e qual o exato entendimento dessa divisão?

6.^a — Quais as causas da Proclamação da República: questões políticas? desequilíbrio de classes?, ou necessidade de nova forma de dominação?

7.^a — Como julgar Floriano Peixoto: conspirador ou traidor em 15 de novembro?

8.^a — Qual a doença que afetava Deodoro no dia da Proclamação da República?

9.^a — Deodoro deu um viva ao Imperador, ao penetrar no Quartel General, em 15 de novembro, ou não?

Proclamação da República — Golpe-de-Estado ou Revolução?

A primeira dificuldade em responder à primeira pergunta advém da insegurança e plasticidade dos conceitos de golpe-de-estado e revolução alinhados pelo Dicionário de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas. São eles muito variáveis, dependendo da categoria funcional, ideologia e filosofia do classificador. Dir-se-ia ser uma questão de foro íntimo. O vencido, de modo geral, acha-se vítima de um golpe-de-estado e o vencedor, protagonista de uma revolução, segundo entendimento de um amigo que se diz muito realista.

Adotaremos como conceitos de golpe-de-estado e de revolução os de Ortega Gasset, abordados por Amerino Raposo, em palestra sobre o Clube Militar e a República, em 11 de outubro de 1985, no Clube Militar.

O golpe-de-estado "visa a exacerbar ou restaurar usos". Seria uma ação política brusca que freia um movimento popular, democrático, progressista, consistente e pressuposto a melhorar as

condições do povo em geral. Ação política que visa, em última instância, a manter o *status quo*.

A revolução "visa a mudar usos". Seria um movimento popular, democrático, progressista, consistente, pressuposto a melhorar as condições do povo em geral, alterando substancialmente o *status quo*, por promover mudanças na ordem social e política e avanços, em geral, para o povo.

Dentro desse entendimento, Amerino Raposo classificou a Proclamação da República como revolução, por haver mudado o regime e alterado a ordem jurídico-política, e não como golpe-de-estado, classificação adotada pela escritora Raquel de Queiroz, em palestra, na mesma época, no Clube Militar. O conceito esboçado por Barbosa Lima Sobrinho⁴ no artigo, "O Centenário da República", publicado no *Jornal do Brasil*, reconhece raízes populares na Proclamação da República.

Também classificou a Proclamação da República de golpe-de-estado ou militar, em palestra no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) em 10 de novembro de 1989, o professor Francisco Inglesias.

Para Luiz Macedo de Carvalho, no artigo "Ideais Republicanos"⁵, a Proclamação da República "marcante acontecimento histórico, não pode jamais ser rotulado de golpe-de-estado, em virtude de, na realidade, ter-se verificado mudança total das instituições, o que, sociologicamente,

distingue revolução de quartelada". E busca apoio em Ruy Barbosa que, se aceita a tese de golpe-de-estado, seria de historicamente um golpista ao escrever, em 16 de novembro de 1889, no *Diário de Notícias*, do Rio de Janeiro: "O Império estava para a República, como o "ancien régime" estava para a Revolução Francesa".

Entre as mudanças que caracterizam o 15 de novembro como revolução, e não golpe-de-estado, Luiz Macedo aborda: a eliminação do Poder Moderador; a extinção da vitaliciedade dos senadores; a instituição do federalismo, do presidencialismo e do bicameralismo; a decretação do sufrágio universal; a separação da Igreja do Estado e, por via de consequência, a liberdade de religião e a secularização dos cemitérios, e, ainda, a promulgação do Código Penal e das leis da justiça local e Federal, hipotecária, e das sociedades anônimas.

Portudo isso, alinho-me entre os que julgam que a Proclamação da República foi uma revolução. Se boa ou má é outra questão.

Muitos historiadores e escritores usam a expressão golpe militar, para caracterizar a mudança brusca em uma situação com apoio armado. Diversos historiadores que aceitam a participação do povo no processo histórico que culminou com a Proclamação da República classificam a derrubada da Monarquia como fruto de um golpe militar, aqui com sentido de apoio armado, circunstância co-

mum nas revoluções e sinônimo de ação militar de surpresa, como na expressão golpe-de-mão.

Houve participação popular na Proclamação da República, ou o povo assistiu bestializado seu advento? Qual o sentido usado por Aristides Lobo? Surpresa ou marginalização?

Aristides Lobo escreveu, em 15 de novembro de 1889, a "Carta do Rio", publicada, em 19, no Diário Popular, de São Paulo, em que aplica o termo "bestializado". Até hoje, o termo tem sido explorado, por uns como marginalização do povo, em 15 de novembro de 1889, do processo da Proclamação da República e, pelo próprio Aristides Lobo, com o sentido de surpresa, imposto pela necessidade de manter-se segredo sobre a conspiração de que ele próprio participou ativamente.

Eis o teor do trecho explorado negativamente⁶, abordado na recente biografia do seu autor, feita por Aurélio de Lyra Tavares:

"O que se fez é um degrau; talvez nem tanto para o advento da grande era. Em todo o caso o que está feito pode ser muito, se os homens que vão tomar a responsabilidade do poder (e ele era um deles) tiverem juízo, patriotismo e sincero amor à liberdade. Por ora, a cor do governo é puramente militar e deverá ser assim. O fato foi deles só, porque a colaboração do elemento civil foi quase nula. O povo assistiu bestializado, atônito,

surpreso, sem conhecer o que significava. Muitos acreditavam estar vendo uma parada."

Este é o trecho explorado pelos que negam a participação popular no processo que culminou na Proclamação da República.

O trecho do mesmo artigo a seguir, geralmente omitido pelos que defendem a alienação popular, e explorados pelos que defendem o sentido de bestializado como sendo o de surpresa, possui o seguinte teor:

"Era um fenômeno digno de ver-se. O entusiasmo veio depois, veio mesmo latente, quebrando o enlevo dos espíritos. Pude ver a sangue frio tudo aquilo."

O acadêmico e escritor Aurélio de Lyra Tavares, ainda a respeito dessa controvérsia, assim escreveu na Revista do Exército Brasileiro⁷, comemorativa ao Centenário da República:

"O momento e o processo militar da Proclamação da República chegaram inesperadamente, como tinha de acontecer, porque tudo fora tramado secretamente, entre os principais condutores do movimento, militares e civis, pois do contrário, ela correria o risco de perder-se. A surpresa, como teve de explicar, depois, Aristides Lobo, para esclarecer a sua carta controvérita, sobretudo pelos monarquistas, estava, principalmente, no como, no quando e no com quem desencadeá-lo, pois, do contrário, o movimento correria o risco de perder-se.

"Porque era fácil pressenti-

-lo. Os indícios eram visíveis e ouvíveis. Estavam nas reuniões, nos comícios, nos jornais republicanos e na própria repressão policial. Vivia-se, por isso mesmo, num ambiente carregado, que recomendava sigilo, mas não inatividade. Basta lembrar o Clube Tiradentes, com o nome do mártir da Inconfidência Mineira, completamente esquecido pelo Império, homenageado e revivido, em hora oportuna, sob a presidência de Aristides Lobo."

Assim, creio que, em 15 de novembro de 1889, houve participação popular no sentido descrito por Barbosa Lima Sobrinho "de que a queda da Monarquia correspondeu aos sentimentos do povo brasileiro", enão de participação efetiva na ação militar que derrubou o gabinete Ouro Preto, a qual foi fruto de uma bem urdida, coordenada e secreta conspiração republicana que, se envolvesse o povo, poderia pô-la a perder e produzir outros Tiradentes, além de arriscar inutilmente a vida de populares desarmados. A participação popular se intensificou a partir da derrubada do Gabinete Ouro Preto e foi expressiva na Proclamação da República, a concluir-se de Luiz Werneck da Silva, no Congresso de História sobre a República, do IHGB.

O sentido bestializado, atônito, surpreso do povo do Rio de Janeiro, em 15 de novembro de 1889, foi consequência do secretismo, por medida de segurança, com que foi conduzida a revolução re-

publicana até a derrubada do Gabinete de Ouro Preto. Conquistado esse objetivo, a participação popular intensificou-se até a Proclamação da República, durante o resto do dia 15 de novembro, como expresso por Aristides Lobo: "Era um fenômeno digno de ver-se. O entusiasmo veio depois, veio mesmo lentamente..." .

Barbosa Lima Sobrinho, no artigo já citado, no Jornal do Brasil, no alto de sua autoridade de historiador membro do IHGB, acadêmico e Presidente da ABI, afirmou:

"Aos partidos dos tempos da Monarquia bastava serem afastados do poder para combaterem as instituições, como tantas vezes aconteceu.

"Não seria exagero reconhecer que a queda do regime correspondeu aos sentimentos do povo brasileiro, cujo republicanismo espontâneo se reforçara com a hostilidade ao Terceiro Reinado."

E noutro trecho:

"Só não concordo com a frase de Aristides Lobo, que o povo assistiu bestializado à Proclamação da República."

Hélio Silva, em polêmica com José Joffily⁸, afirmou "não ter havido participação do povo brasileiro na Proclamação da República e que, até hoje, o povo não sabe se isto é uma República".

José Joffily respondeu: "Enfim, parece insensato analisar o 15 de novembro do pressuposto de um povo bestializado — classificação alienada — sintoma da en-

fermidade mental que sofreu Aristides Lobo até falecer. Não. Definitivamente o 15 de novembro não foi mais uma quartelada."

Foi o que procurou provar, em seu discurso de posse no IHGRGN, em 16 de agosto de 1889, o qual transformou em plaquette.⁹

O citado Professor José Werneck da Silva, no Congresso da Propaganda, Proclamação e Consolidação da República, afirmou e reafirmou, em palestra do IHGB, nos dias 8 e 10 de novembro de 1989, a participação do povo (no caso do Rio de Janeiro) que, através da sessão concorrida de sua Câmara Municipal proclamou a República, antes que Deodoro, por instância da mesma, o fizesse provisoriamente para todo o Brasil, através do Decreto nº 1 do Governo provisório, "Governo que, por sinal, compareceu à Câmara do Rio de Janeiro para ser empossado, em sessão com expressiva participação popular".

O Ministro Clóvis Ramalhete, em palestra sob o título "República uma Surpresa da História", em 29 de setembro de 1989, disse, a certa altura: "Os fatos sempre apontaram a República para o desfecho do futuro do Estado Sobrenatural do Brasil, ainda em curso de formação".¹⁰

E, mais adiante: "Assim, a partir da insatisfação militar que apenas pretendia depor o Ministério, os fatos aglutinaram-se, foram caminho, e conduziram os insurretos à Proclamação da Re-

pública em poucos dias de surpresa."

Aliás, o princípio-de-guerra da Surpresa é, na Arte Militar, um dos mais seguros passaportes para a vitória. Eela foi conseguida em 15 de novembro. Do contrário, é bem provável que tivesse havido um confronto sangrento. A correta aplicação desse princípio-de-guerra se deve à expressão de o Estado de São Paulo, de 16 de novembro de 1889, então Província de São Paulo: "Nunca uma República foi proclamada com tanto brilhantismo e tanta paz."

Nelson Werneck Sodré, em recente trabalho "A República (Uma Revisão Histórica)", afirma:

"A idéia da República não se gerou na proclamação de Deodoro. Este apenas aceitou um fato consumado e lhe deu forma e sentido prático. O episódio em si carece de importância, serve apenas para as comemorações e para os quadros e monumentos. Porque a República já estava na consciência do povo... E foi a proclamação de Deodoro que anunciou publicamente a mudança. A Monarquia terminou sem resistência, porque não tinha base política para isso.

"O episódio de 15 de novembro de 1889 coroou um longo processo e se tornou viável, como uma festa, sem luta, sem contrastes, justamente porque os alicerces estavam lançados e eram profundos e firmes."

Assim, o 15 de novembro de 1889 foi o epílogo feliz de um longo processo revolucionário republi-

cano, iniciado em 1710, em Olinda, no qual houve intensa participação popular no sentido descrito por Barbosa Lima Sobrinho, pelo qual "a queda da Monarquia corresponde aos sentimentos do povo brasileiro".

A não participação popular efetiva na ação militar que derrubou o Gabinete Ouro Preto, a qual foi fruto de uma bem urdida, coordenada, secreta e incrueita conspiração das lideranças republicanas civis e militares, foi para evitar que ela fosse abortada, produzisse outro Tiradentes e arriscasse inutilmente a vida de populares.

Dominada a situação militar por Deodoro, às 9 horas da manhã, o povo passou a ter crescente participação, particularmente através da Câmara do Rio de Janeiro, que proclamou a República, à tarde, e passou a forçar Deodoro, até que este decretasse, para todo o Brasil.

Assim foi que Aristides Lobo passou a definir a situação, das 9 horas da manhã até a noite: "Era um fenômeno digno de ver-se. O entusiasmo veio depois, veio mesmo lentamente...".

A respeito do 15 de novembro de 1889 e da eficaz participação popular na revolução republicana (1710-1889), cujo desfecho feliz e incruento foi a Proclamação feita pelo Marechal Deodoro, reafirmamos, ampliando o que escrevemos no álbum *A Guarda do Rio de Janeiro na Proclamação da República*¹².

"O Marechal Deodoro e os que o apoiaram em 15 de novembro concretizaram os sonhos e aspirações, então amadurecidos, dos olindenses em 1710, dos poetas da Inconfidência, dos inconfidentes mineiros e baianos, dos libertários nordestinos de 1817 e 1824, dos republicanos liderados por Gonçalves Ledo, em 1822, da quase maioria dos deputados brasileiros de 1832, dos sabinos da Bahia, dos republicanos farrapos (1836-45) (catarinenses e gaúchos), dos convencionais paulistas de 1870 e 1873, dos signatários da moção plebiscitária de São Borja e das demais Câmaras que a apoiaram, dos clubes republicanos, dos republicanos históricos, de civis e militares e de milhares de brasileiros de todos os segmentos sociais que desde a Guerra dos Mascates, em 1710, em Pernambuco, sonharam e lutaram e até se imolaram pelo advento da centenária república brasileira."

Face ao exposto, como negar-se participação popular na Proclamação da República?

O Marechal Deodoro proclamou ou não a República: Caso positivo, em que momento?

No citado Congresso de História sobre a República, no IHGB, de 8 a 10 de novembro 89, a Dra. Helga Landgraf Piccolo, relatora geral da 2.ª Seção, a certa altura colocou em debate o fato de que, até hoje, se discutia se o Marechal Deodoro proclamou ou não a Re-

pública. No plenário, concordaram que Deodoro não havia proclamado a República os historiadores Lourenço Luiz Lacombe, Joaquim Ponce Leal e Affonso Celso Vilela de Carvalho. O esclarecimento da dúvida foi feito pelo historiador, 2º Vice-Presidente do Instituto, Jonas Correia, que lembrou que Deodoro proclamou a República, à tarde, ao assinar o Decreto n.º 1 do Governo Provisório e que era taxativo:

"Artigo 1º — Fica proclamada provisoriamente e decretada como forma de governo da Nação Brasileira — a República Federativa (os grifos correspondem às ênfases do ilustre Vice-Presidente citado)".

A certa altura percebeu-se que a dúvida referia-se ao momento em que Deodoro penetrou no Quartel-General e recebeu a adesão da tropa que o defendia, quando, segundo Calmon, "Deodoro dominou a situação, conquistou o Governo e passou a presidir o futuro."

Houve unanimidade, na assembleia, de que Deodoro aí não se manifestara sobre República, nem após derrubar o Gabinete de Ouro Preto, o que só o fez por escrito, à tardinha, através de Decreto e como Presidente Provisório.

Depois de penetrar no Quartel-General e obter a adesão da tropa que o defendia, pode-se afirmar, simbolicamente, que Deodoro conquistou o poder para proclamá-la, sem tê-lo feito ali, entretanto.

Assim, a gravura clássica de Deodoro a cavalo penetrando no Quartel-General, pintada por Henrique Bernadelli, não simboliza Deodoro proclamando a República e sim, "dominando a situação no pátio do QG, conquistando o governo, passando a presidir o futuro", na feliz interpretação de Pedro Calmon.¹³

Em 15 de novembro, Deodoro viveu pelo menos cinco momentos decisivos, sendo o mais crítico o forçamento do portão do Quartel-General e, em seguida, sua aclamação pelas tropas que o defendiam internamente. Esses momentos decisivos foram sucessivamente: a conquista da adesão das tropas que defendiam o QG pelo lado de fora; o incidente com o Ministro da Marinha, Barão de Ladário, do qual poderia ter sido neutralizado por ferimento grave ou por morte; a conquista da adesão das tropas que defendiam o QG pelo lado de dentro; a deposição do Gabinete Ouro Preto, na Secretaria da Guerra, e a assinatura do Decreto n.º 1, proclamando a República, à tarde.

Acreditamos que Bernadelli quis fixar, para a posteridade, sobre a Proclamação da República, o seu momento mais crítico e decisivo.

Deodoro era republicano ou monarquista?

Esta é outra questão polêmica.

Deodoro não se definia repub-

blicano. Mostrava-se grato aos conservadores por terem defendido o Exército em determinadas ocasiões. No Sul, manteve estreitos contatos com os republicanos Júlio de Castilhos e Assis Brasil, nos quais declarou que seria capaz de votar.

O historiador Alberto Martins da Silva, em comunicação no citado Congresso de História da República do IHGB, demonstra que Deodoro era cercado e convivia com parentes declaradamente republicanos, como o seu irmão Pedro Paulino e o seu sobrinho Hermes da Fonseca.

Aliás, sobre esse assunto, o historiador Ponce Leal, em comunicação à Comissão de Estudos e Pesquisas Históricas do IHGB (CEPHAS), em 1989, transmitiu a informação de que o Major Floriano Peixoto mais o futuro Barão de Ladário participaram de reunião secreta no Rio de Janeiro, na qual foi preparado o Manifesto Republicano de Itu, fato repetido por José Caetano de M. Requião, ao escrever sobre o "Barão de Ladário e a Proclamação".¹⁴

O acadêmico historiador Francisco Assis Barbosa¹⁵, no artigo "Pedro II e a queda da Monarquia", menciona, com o apoio de André Rebouças, a seguinte afirmação de D. Pedro II:

"Eu sou republicano... Todos o sabem. Se fosse egoísta proclamaria a República para ter as glórias de Washington... Somente sacrificaria o Brasil à minha vaidade... porque as províncias não

têm pessoal para a Federação e seria um desgoverno geral, que acabaria pela separação."

Sobre a Monarquia, segundo Eça de Queiroz, citado por Francisco Assis Barbosa, "nada separava a República da Monarquia, a não ser o Imperador, que se tinha a tal ponto desimperializado, que entre a Monarquia e a República não havia senão um fio — tão gasto, tão frrouxo, que, para o cortar de um golpe, bastou a espada do Marechal Deodoro da Fonseca."¹⁶

Concluindo: embora Deodoro não fosse republicano ardoroso, sofreu muita influência para colocar-se ao lado dessa nova idéia. Ou, que, embora não se definindo republicano, possuía a idéia da República na cabeça, como única alternativa de sobrevivência do Exército e de acesso da classe militar à cidadania, no sentido de participação legislativa e na administração do país, e para minorar a situação do Exército, definida como se segue, pelo insuspeitíssimo Eduardo Prado, citado por Américo Jacobina Lacombe: "O Exército estava esquecido, mal organizado e desestimulado". (Conferência sobre A Questão Militar)¹⁷

Contra o Imperador, Deodoro não tinha a não ser o convencimento de que não mais governava, por doente, conforme o demonstrou exaustivamente o citado professor Américo Lacombe no artigo "A Questão Militar", resultado de palestra no Curso "Os Militares e

a Proclamação da República", no IHGB e na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

Essa consideração, e o impedimento por doença do Imperador, foi demonstrado pelo irmão do Marechal Deodoro, Coronel João Severiano da Fonseca, em discurso no IHGB, em 19 de novembro de 1889:¹⁸

"A retirada do Imperador não foi um castigo, foi consequência imperiosa, imprescindível, fatal, da nova ordem de coisas. Foi uma necessidade inevitável. E com eles seguiram todo o respeito, estima e veneração que os brasileiros devem e têm a esse grande e virtuoso varão. Saiu porque não podia ficar. Não é um decaído. É antes um apontado retirando-se com todas as honras e distinções."

Qual a real motivação dos militares do Exército ("científicos" e "tarimbeiros") na Proclamação da República? Qual o exato entendimento dessa divisão?

As posições dos tarimbeiros, liderados pelo Marechal Deodoro, eram de sentido profissional militar. Ou seja, uma Reforma Redentora do Exército para reverter o quadro definido pelo já citado e insuspeitadíssimo Eduardo Prado: "O Exército estava esquecido, mal organizado e desestimulado."

Tratava-se, portanto, da atualização do Exército na Arte e Ciência Militar, que vinha sendo descurada e mantida a níveis incompatíveis de suas funções nor-

mais, empregado na captura de criminosos e escravos fugidos.

Os tarimbeiros, através de suas lideranças, queriam ser verdadeiros soldados "e não lacaios", no dizer de Ruy Barbosa, ou "janízaros", no dizer de Benjamin Constant, em célebre discurso na Escola Militar em presença do Ministro da Guerra. Queriam integrar um Exército de verdadeiros soldados profissionais, e não uma instituição dominada, segundo Goes Monteiro mais tarde, "por um espírito miliciano ou pretoriano", conforme artigo nosso no jornal *Letras em Marcha*, de 1990.

Personalidades, como Cotelipe e Ouro Preto, e cientistas jurídicos, não tiveram sensibilidade para perceber essa colocação dos cientistas militares. E daí resultou um confronto nocivo para a nação, que perdurou de 1831-1930, com reflexos negativos até hoje.

Queriam desagravar a força de maltratos, humilhações e desrespeito, os valores do soldado comuns em todo o mundo: honra, pundonor, brio, etc.

Oscientíficos possuíam valores antagônicos aos tarimbeiros. Desprezavam-nos, junto com a sociedade que, segundo Goes Monteiro, revelava "um repúdio ao espírito militar brasileiro, sob a forma de antimilitarismo" — mais um preconceito nocivo à nação brasileira.

Segundo Edmundo Campos Coelho, os científicos defendiam a tese do cidadão-soldado "com direito de livre manifestação e de

pensamento e crítica, e uma disciplina militar inteligente e pensante".¹⁹

Ostarimbeiros eram orgulhosos, cultivavam seus feitos militares e ostentavam, orgulhosos, suas medalhas conquistadas em defesa do Brasil.

Os científicos, sob influência da religião da Humanidade, segundo Tasso Fragoso, aluno das escolas Militar da Praia Vermelha e Superior de Guerra, até a Proclamação, questionavam as glórias do passado militar do Brasil e desbochavam dos veteranos da Guerra do Paraguai "que desfilavam com o peito coberto de medalhas". O científico Visconde de Taunay registra que, quando um civil queria humilhá-lo, o chamava por Major e, se queria prestigiá-lo, o chamava de doutor. Benjamin Constant líder dos científicos, que gozava de certo prestígio na sociedade, preferia ser chamado de doutor a de tenente-coronel.

Os tarimbeiros queriam melhores condições para defender o Brasil como verdadeiros soldados, e os científicos lutavam por acesso à cidadania, para participarem da construção e administração política, então dominada, de modo desequilibrado, por bacharéis de direito egressos da classe dominante.²⁰

Essa dicotomia foi fruto do ensino militar equivocado de 1873 a 1905, só corrigido com o Regulamento de Ensino em 1905, que freou o bacharelismo militar dos científicos e consagrou o profissio-

nalismo militar dos líderes tarimbeiros. Mas essa valorização do cientificismo militar perdurou aínda longo tempo no inconsciente coletivo do Brasil, sob a forma de os mais privilegiados intelectualmente preferirem as armas técnicas às armas-base.

Em 15 de novembro de 1889, Deodoro era o líder da corrente tarimbeira, e Benjamin Constant o líder da corrente dita científica.

Benjamin Constant, Ministro da Guerra, como o Regulamento de Ensino de 1890, agravou ainda mais o problema do cientificismo e da figura do cidadão-soldado, em detrimento do soldado profissional, só corrigido a partir de 1905, mas com algumas recaídas.

Essa crítica é lugar comum na voz de grandes chefes e profissionais militares que cursaram a Escola Militar (1873-1905) e que vieram liderar a Reforma Militar (1897-1945).

Assim, em 15 de Novembro de 1889, os tarimbeiros e científicos conseguiram participar decisivamente da Proclamação com os seguintes objetivos conflitantes:

- **Tarimbeiros:** atalhar a extinção ou erradicação em curso no Exército de desagravo por maltratos, desatenções, humilhações e marginalização do Exército do processo de atualização doutrinária. Enfim, melhorar a operacionalidade do Exército, em níveis compatíveis com a responsabilidade do Brasil no cenário internacional;

- **Científicos:** derrubar a Monarquia, por motivação republi-

cana e condição de acesso à cidadania, traduzida pela participação no governo e na administração civil, e por influência positivista.

A Questão Militar traz em seu bojo muito desse anseio profissional militar justo, patriótico e minimizado e contrariado pelos sucessivos gabinetes de Ministros, de 1865 — Guerra do Paraguai, a 1889 — Proclamação da República. Assim, nesse período de 24 anos, 80% dos Ministros da Guerra foram parlamentares, bacharéis de direito, e somente 20% dos militares foram a nível de heróis nacionais e titulares do Império: Caxias, Osório, Pelotas e Maracaju. Tal anseio não tem sido bem captado e compreendido pelos historiadores atuais. É preciso que o percebam, para a correta interpretação da História do Brasil.

A Reforma Militar foi realizada de 1897 a 1945 por muitos profissionais militares veteranos ou filhos de veteranos — soldados da Guerra do Paraguai: Medeiros Mallet, Argolo, Hermes da Fonseca, Caetano de Farias, etc.

Quais as causas da Proclamação da República: Questões Políticas? Desequilíbrio de classes? Ou nova forma de dominação?

É clássica e generalizada a interpretação de que a República teve como causa a Questão Religiosa ou Epíscopo-Maçônica, a Questão Militar, a Abolição, a doença do Imperador e a indesejável

perspectiva de um 3º Reinado. Essa é a interpretação geral que faço. Hélio Silva, consagrado estudioso da República, em seu último trabalho, *O Primeiro Século da República* (Rio, Jorge Zahar Editores, 1989), em linhas gerais reafirma aquelas causas, todas muito bem exploradas e aproveitadas pela propaganda republicana.

Américo Jacobina Lacombe²¹, ao radiografar a Questão Militar, viu como uma reação dos militares contra os bacharéis de Direito, egressos das classes dominantes e que controlavam o Executivo, o Legislativo, o Judiciário e até a Imprensa, num flagrante desequilíbrio de classes. É que, em 15 de novembro, militares x bacharéis de Direito jogaram a própria sobrevivência do Exército, objeto de uma política de erradicação, iniciada por volta de 1831, segundo demonstrou Edmundo Campos Coelho²², com o qual concordo.

Para Sandra Pesavento²³, o Brasil se achava conectado, por laços comerciais a um mercado capitalista, desde a fase colonial, mas se tratava agora (final do Império) da penetração do capitalismo na estrutura interna brasileira.

No bojo desse processo de transformação, surgiram novos grupos sociais, que passaram a pressionar o sistema instalado: a burguesia cafeeira, na liderança da renovação econômica, segmentos urbanos, e um Novo Exército, com suas aspirações de

participação política. As classes emergentes—burguesia e classe média—associadas ao grupo funcional descontente (Exército) articularam a queda da Monarquia.

Quanto aos militares, no quadro institucional então vigente, tornava-se impossível sua participação no processo decisório do poder. É o que José Luiz Werneck chamou de negação aos militares de acesso à cidadania²⁴ e, por via de consequência, influir com a Ciência e Arte Militar na construção de um Exército compatível com o estágio atingido pela nação, o que lhes era negado.

Mario Maestri Filho assim falou, em palestra no Curso 1º Centenário da República, promovido pela Coroci-RS²⁵: “Cremos ter a escravidão fecundado essencialmente dois terços da história nacional e determinado, quando de sua crise, a gênese do Estado Republicano.”

Para o citado historiador, a República teria surgido como “necessidade de nova forma de dominação”.

Américo Jacobina Lacombe, no artigo citado “A Questão Militar”²⁶ documentou expressivamente a doença do Imperador, detalhe que não escapou aos líderes republicanos da época que se apressaram a fazer a República, pacificamente, pelo afastamento do Imperador doente, para evitar ter de fazê-lo, com sangue, com o Conde D'Eu que, segundo interpretação que ouvi, contava com

oposição da Inglaterra, fato não confirmado.

Assim, as causas da República variam entre a Questão Militar e a Abolição, como determinantes, e a Questão Religiosa e a doença do Imperador, como acessórias, e mais as seguintes registradas por Barbosa Lima Sobrinho e Clóvis Rama-lhete²⁷: “O costume dos políticos liberais e conservadores que, quando caíam do poder, minavam indiretamente a Monarquia, com críticas amargas ao Imperador e, por não defendê-la, terminaram por esgotar uma autoridade.”

Autores, como o acadêmico A. de Lyra Tavares, vêem na Guerra do Paraguai²⁸, através de suas consequências econômicas, políticas e sociais uma das causas da República, com o que concordamos.

Resumindo, como causas da Proclamação da República teríamos: as consequências da Guerra do Paraguai; as questões religiosa e militar; a abolição; a doença do Imperador; a perspectiva indesejável de um 3º Reinado; o mau costume de políticos liberais e conservadores minarem indiretamente a Monarquia, quando fora do governo, por ataques amargos ao Imperador; a propaganda republicana objetiva.

O Marechal Floriano — conspirador ou traidor em 15 de novembro?

Escrevemos sobre o assunto as seguintes considerações: “Ou-

tro buraco negro que ficou na história da Proclamação da República consiste na explicação e reconstituição das ações e pensamentos do Marechal Floriano Peixoto nos dias 13, 14 e 15 de novembro de 1889.”²⁹

Por isso, seu biógrafo, Salm de Miranda, na obra *Floriano*, escreveu:

“O Marechal-de-Campo Floriano Peixoto é, incontestavelmente, um dos personagens mais discutidos da Proclamação da República. Os maiores ataques que lhe têm sido feitos, as maiores dúvidas contra ele o focalizam durante a jornada de 15 de novembro. Acusam-no uns de desleal porque, sendo Ajudante-General do Exército, praticamente o Comandante do Exército, não reuniu forças, não tomou providências, nem comandou a resistência. Acusam-no outros de duplicidade de atitudes, porque estava junto ao Gabinete Ouro Preto, reunido no Ministério do Exército, apesar de conhecer e estar comprometido com a conspiração. Acusam-no de apático e indiferente aos graves acontecimentos de que foi parte.”

E aqui é importante que se refira ao que disse o líder civil do movimento, Quintino Bocaiuva, sobre o Marechal Floriano, na conspiração de que resultou no 15 de novembro:

“O Floriano era dos nossos, havia muito. Era mesmo dos que estavam senhores do movimento. Era apenas cauteloso, com ronha (astúcia), que todos lhe conhe-

ciam. De vez em quando dizia: ‘Vejam bem o que vão fazer. Não se precipitem’. (Fonte: Idéias Políticas de Quintino Bocaiuva, 1987, V. 1 p. 646).

O Marechal Rondon, testemunha e também um dos protagonistas do 15 de novembro de 1889, viu, como preocupação central de Floriano, evitar derramamento de sangue nesse dia, o que foi conseguido.

Medeiros de Albuquerque conta que recebeu convocação de Aristides Lobo para uma viagem urgente e confidencial a São Paulo. Da sua missão constava um fato importante que ele contou a Campos Sales: “Floriano Peixoto estava firmemente conosco. Convocado por Deodoro, ele declarara que, para derrubar o ministério, não concorreria. Prestaria, porém seu apoio, se preciso fosse, para a Proclamação da República.”³⁰

E atribuída a Benjamim Constant a revelação de que, caso Deodoro não pudesse liderar a 2ª Brigada em 15 de novembro, que ela o seria por Floriano, que era o Comandante de toda a Guarda Nacional do Exército do Rio.

Floriano continuou Ajudante-General na confiança de todo o Governo Provisório.

Não resta dúvida de que ele estava senhor de toda a trama republicana e foi um dos seus pilares.

Após 15 de novembro, exerceu cargos da maior importância, sendo eleito Vice-Presidente da

República, na chapa de Prudente de Moraes.

Foi consagrado pela História como o Marechal de Ferro e o brasileiro "que dignificou, popularizou e consolidou a República".³¹

A TV Globo, em seu programa alusivo à Proclamação da República, transmitiu aos telespectadores uma falsa e injusta imagem do Marechal Floriano, que não encontra amparo em nenhuma interpretação histórica séria, justo no ano dos sesquicentenários desse grande brasileiro.

Apresenta-o inclusive como ditador, o que Jonas Correia prova em contrário, assegurando a legitimidade constitucional do seu mandato presidencial, no artigo "Floriano Peixoto — o Consolidador da República".³²

Umberto Peregrino, no artigo "Marechal Floriano Peixoto — o Consolidador e Símbolo da República", após traçar o retrato do grande brasileiro, assim finalizou:³³

"Floriano, pelo seu exemplo de homem do povo, nas origens e na simplicidade do seu viver, sensibilizou a alma nacional para a causa da República incipiente e frágil, no sentido do interesse popular.

"Querido o presidente, querida ficou sendo a República, salva, talvez, por ter sido Floriano quem foi.

"Portanto é possível afirmar-se Floriano símbolo e consolidador

dor do Centenário da República Brasileira."

Essa afirmação, por certo, encontra amparo em recentes pesquisas históricas, como o livro "Os radicais da República", da Professora Suely R. R. de Queiroz, da USP, focalizando o jacobinismo, e por nós resenhado em artigo com o nome do livro no Jornal Letras e Artes (Nov/Dez 1989), da Rio Arte e no Jornal Ombro a Ombro (Nov 1989).

É a voz do Tribunal da História, e não das conveniências conjunturais políticas, prática muito comum e talvez uma das características de nossos tempos, a confundir e a tumultuar a nação.

Sobre Floriano, em seu sesquicentenário, escrevemos no Jornal do Commercio, em A Defesa Nacional, Letras em Marcha e Jornal de História e Geografia. Talvez, uma das raras e poucas homenagens que o ilustre brasileiro e soldado recebeu. Sinal dos tempos. Será que o Programa da TV Globo anulou a verdade histórica?

Qual a verdadeira doença que acometia o Marechal Deodoro em 15 de novembro?

Apoiado em Alberto Martins da Silva, historiador militar e estudioso da família Fonseca, na Proclamação da República³⁴, "o Marechal Deodoro sofria de asma brônquica crônica que era exacerbada com mudanças de temperatura e stress emocional."

A revista Veja relativa à Pro-

clamação da República registra que o Marechal sofria de arteriosclerose no seguinte trecho: "A arteriosclerose e a falta de ar freqüentemente fazem com que Deodoro oscile rapidamente entre a exaltação e a prostraçao — como aconteceu na sexta-feira passada."

A esse respeito escrevemos à Veja, de que somos assinantes, a seguinte carta, não respondida:

"Rio de Janeiro, RJ, 2 de outubro de 1989

Ilmo Sr. Diretor da revista VEJA

"A reportagem "100 anos de República", surpreendeu estudiosos do assunto por apresentar pela primeira vez o Marechal Deodoro como sofrendo de arteriosclerose. É assunto que merece ser comprovado para ser levado em conta.

"Até hoje, era conhecido que ele sofria de asma brônquica crônica, que se exarcebava com "stress" e mudanças de tempo, e que em 15 de novembro estava em pleno domínio de suas faculdades mentais — ao contrário do Venerável Imperador, vítima de diabetes; apresentando envelhecimento acelerado, perdas de memória e abulia, circunstâncias que teriam apressado, também, a República".

O jornalista ou historiador que classificou de arteriosclerose, ironiza as palavras "pundonor", "brio", "dignidade" e "hombridade" do Exército, valores inerentes a todos os exércitos do mundo, desde que eles exis-

tem. Aliás, o redator tem também, como jornalista ou historiador, escala de valores que fazem a grandeza dos verdadeiros profissionais dessas especialidades.

Os que, na época, não compreendiam a escala axiológica dos militares, acusavam-nos de quererem que o Exército "ao invés de soldados verdadeiros fosse constituído de 'lacaíos' ou de 'janízarios'".

Foi, aliás, a força invisível desses valores que impulsionou Deodoro em 15 de novembro, na seguinte forma descrita por Quintino Bocaiuva:

"Deodoro, eu soubera na véspera, estava com o peito que era uma chaga (devido a ventosas), incapaz de apanhar um chinelo. Entretanto, procurado em nosso nome, fez um esforço sobre-humano, fardou-se, pediu um carro e saiu, pela manhã, para São Cristóvão. No Mangue, encontrou-se com a força (2ª Brigada) e então aquele homem, quase morto, transfigurou-se ao som marcial dos clarins.

"Saltou do carro, tomou o cavalo de um oficial e pôs-se à frente do Corpo para comandar a vitória."³⁵

O que o clarim mexeu foi no pundonor, brio, dignidade e hombridade de um soldado. Um grande soldado. Um dos maiores que o Brasil possuiu, conforme tivemos oportunidade de escrever.³⁶

Fala-se muito em ataques de dispnéia sofridos por Deodoro. En-

fim, esse assunto deve ser definido por médicos. O diagnóstico de arterioesclerose nos parece, à primeira vista, malicioso, até prova em contrário.

O Marechal Deodoro deu um viva ao Imperador ao penetrar no Quartel-General em 15 de novembro ou não?

Este é um argumento usado para diminuir Deodoro e apresentá-lo como incoerente.

Quem afirmou isto foi, mais tarde, o Marechal Rondon, que participou do 15 de novembro, como alferes, cursando a Escola Superior de Guerra. Em depoimento a Esther de Viveiros³⁷ disse ter ouvido Deodoro dar um viva ao Imperador.

Não existe fonte segura para afirmá-lo ou negá-lo.

Para Humberto Peregrino, em sessão do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB), seria compreensível, pois não havia nada contra o Imperador, preservado e respeitado, em todos os momentos, mas sim contra uma situação adversa ao Exército.

Essa consideração fica bem clara em todos os lances da Proclamação, dentro do que era possível, naquelas críticas circunstâncias.

Havia uma realidade. O Imperador estava doente e incapaz de governar em toda a sua plenitude. E disto estava consciente a liderança republicana.

Assim foi que o irmão de De-

odoro, João Severiano, em discurso no IHGB, em 19 de novembro de 1889, referiu-se ao assunto que, repetimos, é por muito poucos conhecidos e, sobretudo, muito esclarecedor:

"A retirada do Imperador não foi um castigo; foi consequência imperiosa, imprescindível, fatal, da nova ordem de coisas. Foi uma necessidade inevitável. E com ele seguiram todo o respeito, estima e veneração que os brasileiros devem e têm a esse grande virtuoso varão. Saiu porque não podia ficar. Não é um decaído. É antes um aparentado, retirando-se com todas as honras e distinções."³⁸

É indiscutível o respeito e veneração que D. Pedro II sempre mereceu dos brasileiros e, neles, se inclui Deodoro.

Não seria de estranhar Deodoro dar um viva ao Imperador, pouco antes de depor o Gabinete Ouro Preto.

Para Amerino Raposo, o fato de Deodoro viver o Imperador, poderia ser parte de um ritual de liderança, para afirmá-la sobre as tropas que defendiam o interior do Quartel-General, por confundi-las momentaneamente, para dominá-las.

Por solicitação de Américo Jacobina Lacombe, nada encontrei no Arquivo do Exército, que desse como norma no Regulamento de Continência do Exército da época, um Comandante dar viva ao Imperador.

É uma questão sem resposta segura. Mas, em realidade, a fa-

mília imperial foi aposentada compulsoriamente, cercada do máximo de considerações possíveis.

Não foi massacrada pelo terror, como nas revoluções francesas de 1785 e russa de 1818. É a maneira brasileira de fazer as coisas.

E isto é pouco reconhecido. Muitos brasileiros festejaram mais a Revolução Francesa com suas "Luzes e Trevas", do que o Centenário da República Brasileira, feita pacífica e incruenta.

É um fato a ser estudado por sociólogos e psicólogos.

Uma importante consideração

Ovenerando e legendário jurista Sobral Pinto (SP), em entrevista publicada no jornal Diário de Cuiabá, de 15 de novembro de 1989, assim respondeu à Agência Estado (AE):

"AE: Valeu a pena termos entrado na República através de um golpe, uma vez que os militares estavam mais preocupados com suas relações de poder do que com as populares aspirações republicanas?

SP: Embora não seja eu a dizer, nem já tenha sido, jamais monarquista, respondo, sincera e lealmente: não valeu a pena. O país não estava preparado, em fins de 1889, para viver sob o regime republicano. Proclamado pelos militares, o regime sempre esteve sob a pressão e a fiscalização deles. As crises, que surgiram no país, ao longo de 100 anos de República, tiveram a sua

origem em elementos saídos dos quartéis, habilmente manipulados por civis ambiciosos de poder e mando. O militar, em virtude de sua educação e formação, é necessariamente autoritário, o que é normal e natural na sua profissão. O governo de uma Nação, porém, tem a sua base essencial no Direito e na Justiça, aplicados na forma da Lei Constitucional da Nação, e através do debate sério e do argumento correto, temperados pela tolerância. Tudo isso é, evidentemente, incompatível com a mentalidade militar. Urge não esquecer, todavia, que o militar é elemento indispensável no governo de qualquer país civilizado."

Espero que todas as nossas considerações sirvam para rebater, como distorcida, a pergunta-affirmação da Agência do Estado, e concordar com o conceito do ilustre jurista de que "o militar é elemento indispensável". Foi justamente aí que falharam os juristas do Império (1831-89), querendo erradicar o Exército, como o comprovou Edmundo Coelho Campos³⁹, ou por marcarem uma presença maciça e monopolista do poder e provocarem a Questão Militar⁴⁰, conforme o comprovou Américo Jacobina Lacombe, com o apoio do brasiliense John Schultz, na tese "O Exército e os Políticos (1850-1894)". Nessa tese, ele resgata a luta nos bastidores do poder entre os bacharéis de direito e militares, com apoio, por sua vez, nos jornais "O Militar" e "O Soldado", revelados pela Bi-

bloteca Nacional, na sua Exposição Comemorativa do Centenário da República. Talvez da leitura do comportamento abusivo dos bacharéis ou legistas do Império o ilustre jurista venha, com imparcialidade, a compreender melhor os militares brasileiros na República como fruto de comportamentos abusivos ao poder de seus colegas juristas imperiais, o que não se verificou nos Estados Unidos da América, por exemplo.

O ilustre jurista vê a importância e a indispensável participação militar no governo de qualquer país civilizado.

Mas os juristas do Império não tiveram essa visão, repetimos, e daí se estabeleceu o confronto militares e juristas, que teve seu pontoculminante em 15 de novembro, e ainda continuou forte na República Velha dominada por oligarquias.

Outra lição a ser colhida é a de que os militares brasileiros sempre interferiram no processo em busca da construção de uma força com operacionalidade à altura da nação. O exemplo da tranquilidade

da Nova República se deve ao entendimento sincero, pelo Governo, desta aspiração justa, repetimos, não entendida pelos dirigentes do Império, predominantemente bacharéis de direito.

A Sociedade Brasileira, como um todo, para entender o Brasil, precisa fazer uma leitura da história das relações militares x bacharéis de Direito no governo de 1831 a 1930, à semelhança do que acaba de ser feito pela mestre em História Leila Capella⁴¹, no artigo "O Exército, a República e a Nação Brasileira". Por aí se verá que o bicho não tem sido tão feio como pintam, segundo expressão popular.

Para finalizar, e como reflexão presente e futura, vale recordar a seguinte expressão de Goés Monteiro, nos anos 30:⁴²

"As Forças Armadas têm sido no Brasil, um fulcro de explorações, apoiando, às vezes, se bem que enganadas, as mais torpes mistificações de falsos Salvadores da Pátria... ora no pelourinho, ora num falso pedestal."



CLÁUDIO MOREIRA BENTO — Coronel da Reserva do Exército, foi designado para o serviço ativo, como Diretor do Arquivo Histórico do Exército — A Casa da Memória Histórica do Exército. Possui, além dos cursos militares regulares, o de Analista A da Escola Nacional de Informações e o de pesquisador das Forças Terrestres Brasileiras. É membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, integra a Academia Brasileira de História, a Sociedade Brasileira de Geografia, o Instituto dos Centenários e o Instituto Bolivariano do Rio de Janeiro. Foi o coordenador da construção do Parque Histórico Nacional dos Guararapes e atualmente, preside o Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul. Dirigiu o Departamento Cultural e a Revista do Clube Militar (Jun 86—Jul 88).

NOTAS AO TEXTO

- 1 Ano 4, nº 8/89, p. 39. Também publicada em *Letras em Marcha*, Nov 89, na *Defesa Nacional*, nº 744, Jul/Ago 89 e nos *Anais do Congresso de História do IHGB* sobre a República.
- 2 Edição Especial nº 37, dedicada ao Centenário da República p. 5.
- 3 Editado pela Editora FGV (MEC-EME), 1982, pp. 520-521 e 1045 e 1076.
- 4 *Jornal do Brasil*, Rio. Transcrito no Jornal O Corujão, da AMRJ-Resende, de 15 Nov 1989.
- 5 *Jornal Letras em Marcha*, Nov 1989, pp 4-5.
- 6 *Aristides Lobo e a República*. Rio, Biblioex, 1987.
- 7 Volume 126, nº 40, Out/Dez 1989, p. 16. Completada por considerações sobre Aristides Lobo, no *IHGB — Jornal de História e Geografia*, Nov/Dez 89.
- 8 *IHGB — Jornal de História e Geografia*, Nov/Dez 1989.
- 9 15 de Novembro — 100 anos depois. Londrina, Líder, 1989.
- 10 *Carta Mensal*, V. 35, n.º 414 set/out 1989, Rio, do Conselho Técnico da Confederação Nacional do Comércio.
- 11 Porto Alegre, UFRGS, 1985. Ponto de vista reafirmado no *Jornal Letras e Artes*, da Rio Arte, nº 7, Nov/Dez 1989.
- 12 Editado pela POUPEX em 1989, sob as versões álbum e calendário, com ilustrações do pintor Newton Coutinho e distribuído amplamente nos quartéis das Forças Armadas e para os seus oficiais-generais, historiadores e entidades culturais.
- 13 Expressão que temos repetido diversas vezes, pela felicidade com que ele interpretou o momento histórico.
- 14 *Revista do Clube Naval*, nº 281, 1989, p. 9 dá detalhes.
- 15 *Revista do Brasil*. nº 8/89, p. 6-7.
- 16 Idem nota anterior.
- 17 *Revista do Brasil* nº 8/89, p. 26rr, *Revista do Exército Brasileiro* nº 4 Out/Dez 89, *Anais do Congresso de História da República* do IHGB em 1989, e *Revista do Clube Militar* nº 280/87, p. 12, focalizando a Questão Militar.
- 18 Discurso por nós difundido na Introdução da fonte citada em nota 12.
- 19 COELHO. *Em busca da identidade*:
- O Exército e a política... Rio, Forense, 1976 p. 56.
- 20 Américo Jacobina Lacombe demonstra esse desequilíbrio nas fontes citadas na nota 17. Visão que se completa com a leitura da obra da nota anterior.
- 21 Idem fontes nota anterior.
- 22 Fonte citada na nota 19.
- 23 *História do Rio Grande do Sul*. Palegre, Mercado Aberto 1985. (A República Positiva).
- 24 Declaração no Congresso de História do IHGB, 8-10. Nov 1989, sobre a República.
- 25 COMCCI. *Curso Centenário da República*. Palegre, COMCCI, 1989.
- 26 Idem nota 20.
- 27 Fonte das notas 4 e 10.
- 28 Depoimento do autor.
- 29 *Letras em Marcha*, nº 218, Nov 1989; *A Defesa Nacional*, nº 744, Jul/Ago 89; *Revista do Brasil* 8/89 (p. 35m); *Caderno do Arquivo Histórico do Exército* nº 1; *Anais do Congresso de História do IHGB* sobre a República.
- 30 Fonte da nota 6.
- 31 Artigo nosso sobre o Centenário de Floriano Peixoto nº IHGB — Jornal de História e Geografia e na *A Defesa Nacional* nº 744, Jul/Ago 89, pp. 157-155
- 32 *Revista do Exército Brasileiro*, nº 4, Out/Dez 1989, e *Caderno do Arquivo Histórico do Exército* nº 1, 1990.
- 33 *Revista do Exército Brasileiro* nº 4, Out/Dez 1989, p. 53.
- 34 Comunicação ao Congresso de História do IHGB de 8-10 Nov, a ser publicada nos *Anais do Congresso* sob o título: "A Família Fonseca".
- 35 Citado nas fontes das notas 6 e 29.
- 36 Publicado no IHGB — *Jornal de História e Geografia*, Nov 1989, nos cadernos alusivos à República do *Diário Popular* — Pelotas (RS); *Diário de Cuiabá*, *Jornal do Commercio* (Rio) e em São Gabriel e Santana do Livramento.
- 37 *Rondon conta a sua vida*. Rio, Esperantistas, 1969.
- 38 Fonte citada na nota 12 (Introdução).
- 39 Ver fonte na nota 19.
- 40 Fontes citadas nas notas 17 e 20.
- 41 *Jornal Letras e Artes* nº 7, Nov 1989.
- 42 Tratado por L.P. Macedo de Carvalho em Repensando o General Goes (conferência no Arquivo Histórico do Exército).